

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ESO**

ABRAÃO LUCAS ANDRADE CALDEIRA

**ANÁLISE DA VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS DOS
MUNICÍPIOS AMAZONENSES NO PERÍODO DA COVID-19**

Manaus – AM
2024

ABRAÃO LUCAS ANDRADE CALDEIRA

**ANÁLISE DA VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS DOS
MUNICÍPIOS AMAZONENSES NO PERÍODO DA COVID-19**

Relatório final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Victor Godeiro de Medeiros Lima



FOLHA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Abraão Lucas Andrade Caldeira

ANÁLISE DA VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES NO PERÍODO DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado a Universidade do Estado do Amazonas, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

DATA DA APROVAÇÃO: DATA DA DEFESA 03/12/2024

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

BANCA EXAMINADORA

Ass.:

Victor Godeiro

Orientador (a): Dr. Victor Godeiro de Medeiros Lima.

Ass.:

Roberta Said

Membro da Banca: Dra. Roberta Maia Said.

Ass.:

Aline Gomes Peixoto

Membro da Banca: MSc. Aline Gomes Peixoto.

ANÁLISE DA VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES NO PERÍODO DA COVID-19

ABRAÃO LUCAS ANDRADE CALDEIRA

VICTOR GODEIRO DE MEDEIROS LIMA

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos das transferências constitucionais em municípios do Amazonas entre 2019 e 2023, destacando as mudanças provocadas pela pandemia de COVID-19. O estudo adota uma abordagem quantitativa, com análise de dados financeiros fornecidos por órgãos oficiais. Os resultados indicam que, apesar do aumento temporário nos repasses durante a pandemia e de leve crescimento na arrecadação própria, a dependência dos municípios das transferências permanece alta, evidenciando fragilidades fiscais. Conclui-se que a melhoria da eficiência orçamentária e a diversificação das receitas são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade financeira dos municípios.

Palavras-chave: transferências constitucionais. pandemia. dependência fiscal. municípios. gestão pública.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of constitutional transfers in municipalities of Amazonas between 2019 and 2023, highlighting the changes caused by the COVID-19 pandemic. The research adopts a quantitative approach, analyzing financial data provided by official bodies. The results indicate that, despite the temporary increase in transfers during the pandemic and slight growth in self-generated revenue, the municipalities' dependence on transfers remains high, revealing fiscal weaknesses. It is concluded that improving budgetary efficiency and diversifying revenues are essential to reducing the financial vulnerability of municipalities.

Keywords: constitutional transfers. pandemic. fiscal dependence. municipalities. public management.

1. INTRODUÇÃO

As transferências constitucionais – correntes e de capital – fazem parte de um esforço em busca do ideal, o federalismo fiscal, que nada mais é que a forma de atribuir encargos entre os entes do governo, além da distribuição das receitas geradas pelo sistema tributário, trazendo equilíbrio das receitas, e mantendo os entes em funcionamento para atender as necessidades básicas da população.

“As transferências são recursos que reforçam a autonomia dos governos subnacionais e garantem a descentralização da atividade estatal” (NASCIMENTO, 2010, p. 10). Logo, para atender os compromissos que as estruturas governamentais possuem, necessita-se de recursos, que no caso dos municípios, não se encontram debaixo de sua competência, gerando uma dependência de transferências vindas da União e do Estado.

Essas afirmações acima foram observadas no estudo de Lima, Lima e Oliveira (2018), nos quais os municípios de menor população, por exemplo, passam a ter mais dependência das transferências correntes do Estado e da União, já que tais entes - municípios – geram poucas receitas que podem ser redirecionadas para investimentos ou despesas correntes. Com isso, o conceito do federalismo fiscal se faz presente como uma necessidade.

Diante dessas informações, espera-se que em momentos de calamidade, como por exemplo na saúde pública, aumente-se a quantidade de recursos enviados para os municípios, que estão na ponta do combate contra tais acontecimentos. O mais recente deles é a conhecida pandemia causada pelo vírus chamado de *SARS-Cov-2* (*Severe Acute respiratory syndrome Coronavirus 2*), e amplamente conhecida como *COVID-19*.

Ao todo foram transferidos R\$948.570.836.548 (Novecentos e quarenta e oito bilhões de reais) para os municípios brasileiros no período compreendido entre 2019 e 2023. Para tanto, este estudo visa responder a seguinte pergunta: Quais as variações nas arrecadações e transferências de receitas evidenciadas nos municípios amazonenses nos períodos pré e pós pandemia de COVID 19?

O objetivo é analisar a variação dos montantes de arrecadação a cada ano da pandemia, e para isso faz-se, coletar dados através dos Balanços dos municípios no portal da SINCOFI, mensurar os recursos de transferências correntes e de capital nos municípios do Amazonas e comparar o aumento ou a diminuição das transferências para os municípios no período analisado.

Este estudo não visa exaurir as informações sobre o tema, porém pretende trazer luz e base para estudos futuros acerca dessa dinâmica fiscal nos municípios amazonenses.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Transferências Intergovernamentais

Segundo Massardi e Arantes (2014), existe uma dependência de municípios menos populosos – entende-se com menos de 20 mil habitantes – com relação as transferências constitucionais do Estado e da União, e para isso utilizaram-se de ferramentas econométricas para mensurar essa dependência em municípios de Minas Gerais, onde seu objetivo era construir métricas que pudessem indicar o grau de ligação do FPM (fundo de participação dos municípios ao grau de desenvolvimento econômico da região).

Ainda seguindo o debate sobre essa necessidade dos municípios quanto a transferências constitucionais, Baião, Cunha, Rezende e Souza (2017, p. 605) vem trazendo a seguinte afirmação:

Como as bases tributárias, a partir das quais os municípios podem gerar receitas próprias, bem como as demandas por serviços públicos são distribuídas de maneira desigual ao longo do território, torna-se necessária a equalização fiscal horizontal por meio das transferências intergovernamentais.

Para a formação dessa ideia, os autores se utilizaram de fórmulas econométricas para detectar quais fontes de transferências intergovernamentais eram mais importantes para o desenvolvimento social dos municípios analisados.

A necessidade de planejamento com base nas transferências constitucionais pode ser verificada até mesmo em estudo técnico do CNM (2018) que relata que os municípios brasileiros começam seus planejamentos orçamentários com base nas estimativas liberadas pela união, principalmente pelo FPM (Fundo de participação dos municípios), baseando sua previsão de receita e despesa em tal procedimento. Para tanto, há a previsibilidade do orçamento federal.

2.2 Análises de estudos correlatos

Lima, Lima e Oliveira (2018) em uma linha de estudo parecida, discorreram o estudo sobre os efeitos da recessão econômica na arrecadação dos municípios, no período de 2013 a 2015, buscando analisar o argumento dos prefeitos de que a queda na arrecadação estava impossibilitando o cumprimento de obrigações fiscais, dividindo os municípios em dois grupos para análise. Os resultados deste estudo apontaram uma queda na receita de transferências destes municípios – numa amostra de 88 municípios – porém, demonstrou que suas receitas de arrecadação própria aumentaram neste mesmo período.

Em uma análise através dos orçamentos estaduais, Barbosa e Rocha (2020) destacaram o período de 2001 a 2015 para obter dados que demonstrassem o quanto os estados brasileiros poderiam se sustentar, tanto com recursos obtidos por seus próprios

instrumentos, quanto por meio das transferências federais, e o resultado a que chegaram mostrou que, com exceção dos estados localizados no Sul e Sudeste do Brasil, o restante tinha grande fragilidade fiscal, mesmo quando incluído as transferências federais. Ou seja, com base em seus resultados, pode-se afirmar que as transferências não eram suficientes para manter a estabilidade fiscal, logo, de tal maneira, os municípios seriam afetados.

Já Junior (2019) separou um grupo de 28 municípios da região Norte do Brasil para analisar a composição das receitas, através de porcentagem, onde, dentre estes, encontravam-se Amaturá, Manaus, Manacapuru e Silves, e apenas Manaus superou os 10% de receita tributária própria, chegando a 24%. Através desta análise, o autor conclui que, apesar de as transferências não solucionarem a questão do equilíbrio fiscal, ainda assim, é importante e relevante para os orçamentos municipais, sem os quais, estes teriam pouquíssimos recursos para manter suas instituições em pleno funcionamento. Além dos municípios amazonenses, este estudo também se aplicou a cidades da região Norte como um todo.

Em estudo realizado por Brito e Brito (2024), foram separados dados da SINCOFI para verificar, através de variáveis o quanto a pandemia afetou os municípios brasileiros em geral, e como foi o comportamento destes municípios separados em três grupos, obedecendo para a classificação uma ordem populacional e de orçamento. Foi verificado que os municípios que estavam nos grupos menos populosos, de forma inesperada tiveram um aumento nas suas capacidades de arrecadação por receita própria, fazendo com que sua dependência das transferências constitucionais viesse a diminuir, apesar de que, segundo os autores, essa dependência permaneceu alta. Já no quadro como um panorama geral, foi apontado que os municípios dos três grupos apresentaram despesas aplicadas de forma semelhante, variando entre 8% e 10%, apontando que, mesmo com os orçamentos aumentando devido a repasses intergovernamentais, as despesas se comportaram de forma parecida ao seu estado anterior.

Ainda segundo no estudo de Brito e Brito (2024), as transferências correntes para o SUS (Sistema Único de Saúde) representaram o maior aumento das verbas para aplicação em suas despesas, subindo de número que variam entre 5% e 6% para 11% e 12% em média dos grupos analisados.

Em relação ao grau de dependência dos orçamentos pela região Norte – Algo mais aproximado ao tema deste estudo-, Júnior (2019) traz os resultados analisados a partir dos dados e informações homologadas disponibilizados pelo portal da SICONFI, junto a resultados também para a região Nordeste como título comparativo. O autor percebe que os municípios da região Norte são mais dependentes das transferências intergovernamentais em seus orçamentos do que de suas receitas próprias, a exceção das capitais como Belém (PA), Rio Branco (AC) e Palmas (TO), por exemplo. Logo, concluiu que independente de situações adversas, a capacidade destes municípios nortenhos de gerar receita própria é muito baixa, já que em sua maior parte tem dependência de quase 90% em seu orçamento das transferências intergovernamentais.

Em relação as capacidades arrecadatórias em correlação com a dependência das transferências voluntárias, Filho, Comuni e Lima (2023), trazem com base no conceito do efeito *flypaper* que, antes que comecem a ter um aumento nas transferências voluntárias, em uma relação inversamente proporcional, comecem a ter menos esforço para arrecadação de receitas próprias, apesar de que, mesmo com um esforço reduzido para esta arrecadação, não se modifica instrumentos tributários estabelecidos, algo que inclusive é trago como centro da discussão de pesquisa, que sugere essa mudança nos instrumentos tributários a fim de favorecer os contribuintes.

Em estudo realizado por Alves e Araújo (2021), através da divisão de alguns municípios em *cutoffs* e realização aplicação de regressão onde por método de pesquisa definiu-se dois resultados possíveis, efeitos benéficos, onde os gastos adicionais dos recursos recebidos de transferências iriam para educação e saúde, e os efeitos perversos, onde esses recursos seriam realocados para gastos administrativos e com pessoal. Tal estudo apontou que houve aumento nas transferências voluntárias, diminuição do esforço arrecadatório e aumento nas despesas administrativas com cargos comissionados, e, para tanto, o resultado obtido foi de que houve efeito perverso conforme o aumento das transferências voluntárias.

Em artigo de Pansani, Serrano e Ferreira (2020), os autores discorrem sobre o volume das transferências governamentais para os municípios brasileiros, traçando que há uma relação entre essas transferências e a arrecadação, na qual, para o aumento das despesas públicas, existe uma intenção municipal em aumentar o volume de transferências recebidas, sem reduzir a alíquota de tributos que geram suas próprias receitas. Este estudo percebeu o fenômeno *Flypaper* nos dados obtidos, relacionando os fatos ao mesmo.

Brito e Brito (2020) aplicaram um estudo para entender a dinâmica fiscal dos municípios Potiguares em períodos anteriores a pandemia, mais precisamente no espaço dos anos de 2012 a 2016, onde puderam perceber muita dependência destes municípios, porém, com uma tendência de aumento nas receitas geradas por arrecadação própria. Tais municípios, no momento do estudo, tinham receitas próprias em torno de menos de 10% do seu orçamento total, sendo altamente dependentes das transferências voluntárias. Por fim, os autores trazem sugestões de políticas que podem ajudar no aumento da independência dos orçamentos municipais a essas transferências.

3. METODOLOGIA

A classificação desta pesquisa quanto a seus objetivos se caracteriza como pesquisa descritiva, pois buscou descrever as características de uma determinada população escolhida para o estudo; os procedimentos classificam esta pesquisa como bibliográfica, tendo em vista que se buscará informações em periódicos, artigos e documentos já publicados sobre o tema; enquanto abordagem do problema apresentado, o estudo se classifica como qualitativo.

Os *softwares* utilizados para elaboração de tabelas, tabulação e cálculo a partir dos dados foi o *Microsoft Excel*®.

Os dados utilizados como base para os cálculos e para a obtenção dos resultados foram pesquisados no site da Secretária do Tesouro Nacional (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2024), mais especificamente no sítio eletrônico da SINCONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), na data de 10 de setembro de 2024, colhendo-se dados dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, ou seja, 7 anos para a comparação dos resultados.

Foi realizado o cálculo de percentuais para determinar a dependência dos municípios quanto as suas capacidades de gerar receita e das receitas intergovernamentais através das transferências. Logo, foi retirado o valor total do orçamento de cada ano, foi confrontado o valor das receitas de transferências. Assim, mesmo que não haja correções nos valores pelo passar dos anos, espera-se que proporcionalmente a porcentagem represente de maneira fidedigna a dependência dos municípios quanto as transferências constitucionais.

Com essa limitação, este estudo não abrangeu todos os dados dos orçamentos municipais, porém, todos os municípios amazonenses foram separados para a análise, abrangendo os 62 municípios amazonenses.

Tabela 1 – Amostra de municípios

Municípios do Amazonas
Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutaiá, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Iça, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatamã, Silves, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini, Urucará, Urucurituba.

Fonte: IBGE (2024)

Cabe uma observação ao município de Manaquiri, que devido à ausência de dados, não foi colocado as informações referentes ao ano de 2018 quanto as suas receitas próprias e de transferências.

Para melhor análise, separou-se os anos da seguinte maneira; 2017, 2018 e 2019 como período anterior a pandemia; 2020 e 2021 durante a pandemia; 2022 e 2023 como período posterior a pandemia.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Período anterior a Pandemia

A análise de dados se inicia separando a amostra dos anos de 2017, 2018 e 2019, período anterior calamidade, que demonstram que antes mesmo que houvesse pandemia ou acontecimentos catastróficos, a dependência dos municípios amazonenses quanto as transferências já era muito alta, principalmente nas transferências de capitais, que em grossa parte dos municípios representava 100% do orçamento nessa receita, enquanto as correntes representam em sua maioria 90% ou mais da composição da receita municipal

Tabela 2 – Média da dependência de transferências intergovernamentais dos municípios amazonenses antes da pandemia.

ANO	Média de dependência		Mediana de dependência
	Receitas próprias	Receitas de transferências	Receitas de Transferências
2017	0,0576	0,9424	0,9596
2018	0,0625	0,9375	0,9502
2019	0,0604	0,9396	0,9587

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Nessa composição, Costa (2019) faz uma análise com uma quantidade limitada de municípios da região Nordeste, onde Alagoas tem municípios com grau de dependência de transferências em 74%, e Bahia com os mesmos 74%, por exemplo.

Apenas para destacar, Manaus, capital do estado Amazonense dentre os municípios é o que menor apresentava dependência de transferências, sendo uma grande exceção frente ao restante da amostra. Sua dependência de transferências intergovernamentais era de 65% no ano de 2017, diminuindo para 63% no ano de 2018 e reduzindo mais uma vez para 59% em 2019. Quanto a este último ano, os resultados se assemelham aos encontrados por Costa (2019) nas capitais da região Norte, onde Belém (PA) tem 59% de dependência de transferências e Porto Velho (RO) 52%. Destoa levemente dos dados de Rio Branco (AC) 63%, Macapá (AP) 67% e Palmas (TO) 62%.

Já quanto ao aumento de transferências em comparação com seu ano anterior quanto aos municípios amazonenses, temos em média a seguinte configuração. Lembrando que a base da porcentagem é 100%.

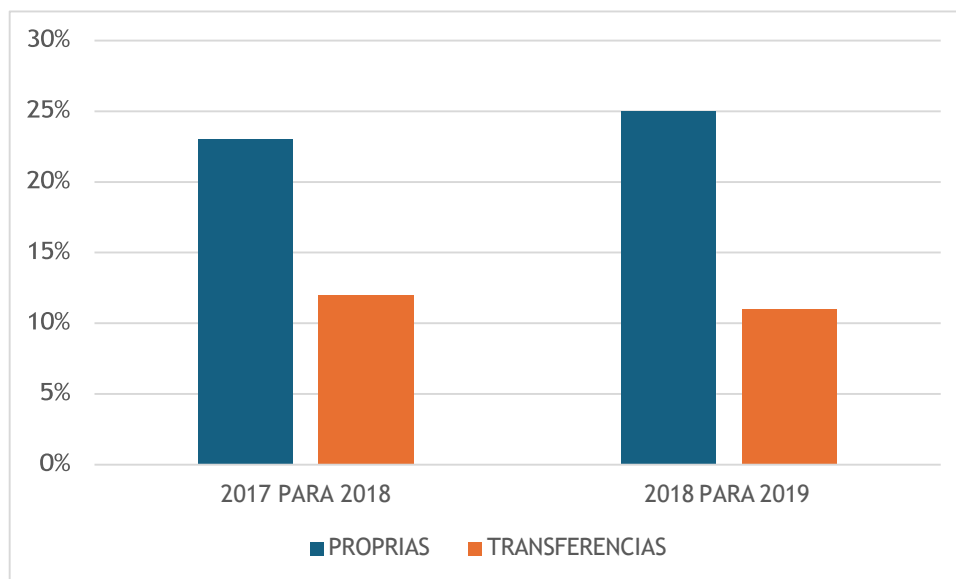
Tabela 3 – Aumento das transferências de 2018 e 2019 em comparação a 2017

ANOS	Receitas próprias	Receitas de transferências
2018	23%	12%
2019	54%	25%

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Percebe-se um aumento das receitas de transferências realizadas aos municípios amazonenses através de uma análise horizontal, tendo como base o ano de 2017, porém, nota-se que as receitas próprias têm uns aumentos significativos quanto ao mesmo ano base. Paralelo a isto, temos o aumento das receitas orçamentárias como um todo, que passa da composição de 115% no ano de 2018 para 135% no ano de 2019. Comparando este resultado a outras regiões brasileiras.

Gráfico 1 – Comparação do aumento das receitas orçamentarias: Próprias e de transferências.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

4.2 Período durante a Pandemia

O início da pandemia resultou em uma modificação nos números das transferências para os municípios do Amazonas, principalmente impulsionado pela necessidade de melhorar a infraestrutura para o combate ao problema.

Os dados de média e mediana de dependência nos anos de 2020 e 2021 ficaram da seguinte maneira:

Tabela 4 - Média da dependência de transferências intergovernamentais dos municípios amazonenses durante a pandemia

ANO	Média de dependência		Mediana de dependência
	Receitas próprias	Receitas de transferências	Receitas de Transferências
2020	0,0546	0,9454	0,9598
2021	0,0531	0,9469	0,9589

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

As informações obtidas através dos dados convergem de certa forma com o estudo realizado por Jesus, Freitas, Júnior, Prado e Macedo (2022), que afirma a dependência

nestes níveis dos municípios da região Norte do Brasil. Além disto o estudo traz que tal região é a mais dependente dos recursos de transferências, onde na amostra analisada, 100% dos municípios – A exceção de capitais – tinham menos de 10% de recursos próprios na composição de seus orçamentos para os períodos de 2020 e 2021, tendo um grau de dependência das transferências intergovernamentais acima de 90%.

Também se observa a elevação dos montantes transferidos por estado e união para os municípios amazonenses, e um aumento no montante de recursos próprios destes municípios, como demonstrado abaixo.

Tabela 5 – Aumento das receitas de 2020 e 2021 em comparação com a média de, 2018 e 2019.

ANOS	Receitas próprias	Receitas de transferências
2018 e 2019	24%	12%
2020 e 2021	3%	14%

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Ou seja, em comparação, o aumento de entre os anos de 2020 e 2021 foram menos significativos do que dos anos de 2018 e 2019, muito devido ao aumento exponencial nesta última categoria citada no decorrer dos anos comparados a 2017.

4.3 Período pós Pandemia

Por último, houve a verificação dos quantitativos de transferências intergovernamentais e de receitas próprias dos municípios amazonenses dos anos de 2022 e 2023, que para fins de estudo foi considerado como período pós pandêmico.

Tabela 6 - Média da dependência de transferências intergovernamentais dos municípios amazonenses no pós-pandemia

ANO	Média de dependência		Mediana de dependência
	Receitas próprias	Receitas de transferências	Receitas de Transferências
2022	0,0619	0,9381	0,9553
2023	0,0622	0,9378	0,9566

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Estes resultados seguem uma tendência apontada por Brito e Brito (2024), que analisaram uma determinada amostra limitada de municípios brasileiros, e perceberam

que durante o período da pandemia e no pós-pandêmico, houve aumento do nível de arrecadação própria dos municípios analisados, se comparados com os anos de 2016 a 2019. Os principais elementos da amostra a apresentar este aumento foram os de “menor porte”, caracterizados por municípios menores.

Essa tendência já vinha sendo observada por Brito e Brito (2020), que perceberam que os municípios com menor capacidade econômica e com menor dinâmica orçamentária estavam adotando medidas para diminuir, mesmo que de forma gradual, a sua dependência das receitas de transferências voluntárias, e aumentando suas bases arrecadatórias, o que, inferido ao contexto dos municípios amazonenses, talvez explique o aumento das arrecadações de receitas próprias nos anos posteriores a pandemia.

Tabela 7 - Aumento das receitas de 2022 e 2023 em comparação com a média de, 2020 e 2021.

ANOS	Receitas próprias	Receitas de transferências
2020 e 2021	3%	14%
2022 e 2023	15%	12%

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Tais dados em conjunto corroboram a tese de Brito e Brito (2024), confirmando para o Amazonas uma tendência de aumento da arrecadação de receita própria e uma diminuição da dependência das receitas de transferência nos períodos compreendidos no momento da pandemia e no pós-pandêmico.

5. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos pela pesquisa, como a variação de média da dependência dos municípios dos recursos de transferências intergovernamentais entre 0,9428 (2017) e 0,9378 (2023), e os aumentos nos montantes dos repasses aos executivos municipais demonstram que o impacto da pandemia gerada pela Sars-Cov-2 não foi tão significativo em termos proporcionais, haja vista que conforme exposto na análise de dados, o grau de dependência dos orçamentos quanto a essas transferências já era alto antes do problema, e chegou até mesmo a apresentar leve oscilação entre os anos de 2020 e 2023. Além de que tal fato veio acompanhado de um aumento considerável na arrecadação própria dos municípios amazonenses.

Esses resultados corroboram o estudo realizado por Alves e Araújo (2021), que apontava forte dependência dos municípios da região Norte do Brasil – incluindo na amostra o Estado do Amazonas – no ano de 2019 das transferências intergovernamentais, tendo menos de 10% de receitas próprias em seus orçamentos, o que coloca a região como a mais dependente desse mecanismo.

Também houve relação com os resultados do estudo de, Freitas, Júnior, Prado e Macedo (2022), que já demonstrava que nos exercícios de 2020 e 2021, aqui tratados como período da pandemia, havia forte dependência das transferências, porém, já se demonstrava uma leve variação positiva na arrecadação própria dos municípios da região Norte – cerca de quase 6% na amostra de cidades do Amazonas.

Além disto, os resultados deste estudo apontam para a hipótese levantada por Brito e Brito (2024), que já demonstravam no estudo que os municípios com menores números populacionais, apesar da diminuição da atividade econômica durante a pandemia, apresentaram aumento na sua arrecadação própria e leve diminuição da dependência das transferências intergovernamentais.

Com esses resultados, este estudo visa abrir margem para futuras análises no que tange a dependência de transferências específicas como FPM (Fundo de Participação dos Municípios), por exemplo, com a perspectiva que haja estudos com o objetivo de melhoria do sistema de Federalismo Fiscal existente no Brasil.

Outrossim, espera-se que trabalhos futuros se debrucem em estudar mais exaustivamente sobre as políticas econômicas dos municípios amazonenses, para gerar um entendimento maior sobre o motivo que está levando estes a terem um aumento - mesmo que gradual- em suas receitas próprias via arrecadação.

Quanto a colaboração para literatura, este estudo traz um aprofundamento acerca do tema especificamente para o estado do Amazonas e seus municípios, levando em consideração que já há estudos que verificaram estes impactos pandêmicos na região Norte, mas sem aprofundar sobre um estado específico da região. Ademais, também buscou-se constatar ou contrariar resultados que já foram estudados em outras regiões, como discorrido na fundamentação e na análise de resultados.

Assim, espera-se que este estudo possa influenciar futuras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico da região amazonense com suas cidades e que

possa haver, a partir deste ponto de vista, base científica para o aumento da eficiência orçamentária dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. J.; ARAÚJO, J. M. Os Impactos das transferências intergovernamentais nos incentivos orçamentários dos municípios brasileiros. **Ipea.gov.br**, 2016.

BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M. DA; SOUZA, F. S. R. N. DE. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 583–610, 29 set. 2017.

BARBOSA, L. M.; ROCHA, F. F. Transferências intergovernamentais: o papel do contexto institucional para a sustentabilidade das dívidas estaduais. **Economia Aplicada**, v. 24, n. 1, p. 79–100, 1 mar. 2020.

BRITO, J. R. S; BRITO, J. V. C. S. ANÁLISE DA DINÂMICA FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E DAS CARACTERÍSTICAS DO MODELO FEDERATIVO AO LONGO DA PANDEMIA DA COVID-19. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 75, ed. 1, p. 123-141, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7972/1/9971-Texto%20do%20Artigo-33301-1-10-20240405.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRITO, J. R. S. de; BRITO, J. V. da C. S. ESTRUTURA FISCAL DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES: autonomia ou dependência? **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA**, v. 17, n. Especial, p. 106-128, 2020. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1169>. Acesso em 20 nov. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS. **COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM 2017**. Estudos Tecnicos CNM, V. 10, 2018. Disponível em: <[https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET_Vol_10_14.Comportamento das transferencias_constitucionais_em_2017.pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET_Vol_10_14.Comportamento_das_transferencias_constitucionais_em_2017.pdf)>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

COSTA, C. N. J. ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS. **Revista Paraense de Contabilidade**, v. 4, n. 3, p. 52–63, 2019.

FREITAS DE JESUS, K. et al. **O NÍVEL DE DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE PEQUENO PORTE FRENTE ÀS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo_pdfYvoGKe18.08.2023_16.59.20.pdf>.

NASCIMENTO, J. S. **Efeito das transferências financeiras sobre os gastos e a arrecadação dos municípios brasileiros.** 2010. 181 tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

LIMA, S.; COMUNI, S. S.; LIMA, F. F. O Efeito Flypaper e a Preguiça Fiscal: Uma Análise da Eficiência de Arrecadação Municipal em Relação às Transferências Voluntárias Recebidas. **Contabilidade, Gestão e Governança/UNB Contábil**, v. 26, n. 1, p. 92–120, 31 jul. 2023.

LIMA, V. G. DE M.; SOUSA LIMA, R. J. V. DE; OLIVEIRA, L. S. D. DE. ESFORÇO FISCAL E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS: OS EFEITOS DA RECESSÃO ECONÔMICA NA ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Revista Estudo & Debate**, v. 25, n. 1, 29 abr. 2018. **Transferências a Estados e Municípios — Tesouro Transparente.** Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>>.

PARSANI, A; SERRANO, D; FERREIRA, L. **Vista do Análise de Evidências e Causas do Efeito Flypaper e da Ilusão Fiscal nos Estados e Municípios Brasileiros.** Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/8169/5775>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SOUZA, Maria de. Os impactos das transferências intergovernamentais nos incentivos orçamentários dos municípios brasileiros. **Revista de Gestão Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2023.

WELLINGTON; LUIZ ANTONIO ABRANTES. ESFORÇO FISCAL, DEPENDÊNCIA DO FPM E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO APLICADO AOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295–313, 1 jan. 2015.